

ÁREA TEMÁTICA 11 - OPINIÃO PÚBLICA E COMUNICAÇÃO POLÍTICA

**FORMAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA EM REDES SOCIAIS DIGITAIS:
DISCUSSÕES POLÍTICAS EM PERFIS BRASILEIROS NO FACEBOOK**

FERNANDA CAVASSANA DE CARVALHO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR
UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ – UTFPR
CAVASSANAF@GMAIL.COM

TRABALHADO APRESENTADO NO 9º CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIA POLÍTICA,
ORGANIZADO PELA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIA POLÍTICA (ALACIP)

MONTEVIDÉU, URUGUAI
26 A 28 DE JULHO DE 2017

Formação da opinião pública em redes sociais digitais: discussões políticas em perfis brasileiros no Facebook

Fernanda Cavassana de Carvalho¹

Resumo

Propõe-se analisar as particularidades de determinados debates públicos em ambientes de comunicação online, levando em consideração as características de circulação e acesso a informações políticas, especificamente, nas redes sociais digitais. Nessas novas arenas de conversação e discussão política, não é só a interatividade entre os cidadãos que se potencializa, mas também a aproximação entre instituições e sociedade, representantes e representados e entre os próprios atores políticos. Esse trabalho tem como ponto de partida a discussão teórica sobre a opinião pública e o debate em ambientes digitais, além da caracterização das atuais democracias monitoradas. São objetivos deste *paper*: a) conceituar o comentário em redes sociais de instituições como uma ação de monitoramento político; b) comparar o conteúdo de comentários feitos a páginas de diferentes instituições brasileiras no Facebook. Como objeto empírico, são selecionados comentários feitos em *posts* sobre temas políticos no Facebook, em diferentes páginas. São selecionadas páginas brasileiras que tratam de temas de interesse público, mas que representam diferentes níveis de institucionalização: como instituições políticas (alto); partidos políticos (médio) e novos movimentos sociais, engajados na mobilização online (baixo). A metodologia é comparativa, por meio da análise do conteúdo dos comentários feitos a 4053 posts, publicados de 01 a 31 de maio de 2017. Dos mais de 1,8 milhões de comentários obtidos nas seis páginas, pouco mais de 48 mil foram classificados como de monitores e tiveram seu conteúdo analisado de forma automatizada. A análise permite comparar os comentários por páginas e por níveis de institucionalização das mesmas.

Palavras-chave: Opinião pública; Democracia monitorada; Comentários no Facebook.

1. INTRODUÇÃO

Dentro da agenda contemporânea de pesquisa sobre a opinião pública, tem crescido o espaço de trabalhos dedicados a averiguar o comportamento do debate público online, especialmente em redes sociais digitais, como o Facebook. Considera-se que o debate público é inerente ao processo de formação da opinião pública e que, hoje, as redes sociais digitais são mais um dos ambientes importantes em que se desenvolve esse debate.

¹ Professora substituta de comunicação na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Mestre em comunicação e Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Brasil. E-mail: cavassanaf@gmail.com

Hoje, nessas redes, há a circulação de informações políticas bem como a presença e a participação de atores e instituições fundamentais a esse debate.

A partir de Schudson (1998; 2010) e de Keane (2010), neste contexto, o trabalho inova ao discutir o conceito de “monitor” e o aplicá-lo a um tipo específico de comentário feito a publicações de instituições políticas e sociais brasileiras nessas redes sociais. Aqui, são considerados comentários-monitores aqueles que representam uma interação direta do comentador com a instituição proprietária da página, sem necessariamente participar do debate temático.

Dessa forma, o objetivo deste artigo é discutir o comportamento do comentador de Facebook sob o conceito de monitor independente democrático e aplicar uma análise de conteúdo em diferentes páginas para comparara como esse monitoramento se dá perante diferentes instituições brasileiras. As páginas selecionadas alimentam o debate público *online*, produzindo e distribuindo conteúdo político por meio de suas fanpages.

A comparação entre comentários dessas diferentes páginas permite testar, ainda, a hipótese de que há diferenciação de comportamento desse tipo de comentário quando controlado pelo nível de institucionalização dessas páginas. Para isso, do Facebook, selecionamos duas páginas oficiais do congresso brasileiro – Senado Federal e Câmara dos Deputados –; duas de partidos políticos no Brasil – Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) –; e duas de movimentos sociais, independentes, de posicionamentos políticos-ideológicos opostos: Mídia Ninja e MBL. Para testar a hipótese anunciada, classificamos as páginas em alto, médio e baixo nível de institucionalização, respectivamente.

Depois desta introdução, o *paper* segue dividido em seis partes. O tópico a seguir aborda, teoricamente, algumas características principais dos estudos sobre opinião pública nas redes sociais digitais. Depois, discorre-se sobre o conceito de “monitor”, aplicando-o ao comentário de Facebook daquele cidadão que monitora as instituições nas redes sociais e em determinado momento interage para cobrá-la. Na seção seguinte, os aspectos metodológicos da pesquisa são descritos, explicando como a análise de conteúdo foi aplicada aos comentários, principalmente por meio da análise lexical e do software Iramuteq. As demais seções se dedicam, respectivamente, à apresentação e análise dos dados, e, por fim, à discussão dos resultados nas considerações finais.

2. OPINIÃO PÚBLICA E DEBATE EM REDES SOCIAIS DIGITAIS

A opinião pública nasce como um fenômeno do Estado liberal, ao permitir que a sociedade se mantenha ativa politicamente desvinculada do Estado. Do ponto de vista do cidadão, os ideais liberais geram possibilidades para o homem de escolher, expressar e disseminar seus valores, morais e políticos (MATTEUCCI, 2000). Aqui, considera-se que há duas dimensões intrínsecas ao processo de formação da opinião pública enquanto fenômeno social: a participação e o acesso à informação. Se no início do século XX, os meios de comunicação industriais, como os jornais impressos, eram predominantes e havia menos espaços institucionalizados de participação política, no século XXI, temos a predominância de circulação por meio dos meios de comunicação digitais – que englobam as redes sociais digitais – e diversos mecanismos de participação política que passam por diferentes níveis de institucionalização (GROSSI, 2007).

Assim, compreende-se que conforme aumentam os espaços de participação e os conteúdos aos quais a população tem acesso, mais informações passam a circular também na sociedade e a pautar o debate público (GROSSI, 2007)². Na perspectiva deliberativa, Habermas (1997) considera o debate público um diálogo intersubjetivo, porque compreende que é a partir do discurso dos participantes e na troca de ideias é que se busca um entendimento. O caráter dialógico das deliberações pressupõe o uso racional de argumentos e a contraposição de diferentes, e divergentes, pontos de vistas para que se alcance o consenso de modo intersubjetivo. Deste modo, os argumentos expostos se mesclam, havendo ponderações entre os participantes e alterações ao longo do processo interativo na busca por entendimento. Já um debate de caráter monológico buscaria a verdade subjetiva, existindo apenas um ponto de vista a embasar a discussão, em razões e princípios unilaterais. Neste caso, opiniões e argumentos divergentes acabam ignorados e não se alteram as convicções iniciais.

Rawls (1995) também caracteriza o debate na esfera pública, mas não o pressupõe enquanto diálogo, tampouco monólogo, mas de um verdadeiro omnílogo, onde todos tem espaço para expor suas opiniões em condições de igualdade na esfera pública – lugar ideal de fala. Para Rawls (1995, p.141), “os debates dos cidadãos podem, mas não precisam, ser

² Nesta perspectiva, temos que, no século XXI, os meios de comunicação sociais passam a promover um debate passivo no século XXI, em que seus atores, ainda que tenham mais espaços para participar, acabam atuando mais como espectadores e estimulando a circulação de informações comerciais (CERVI, 2017).

razoáveis e deliberativos e são protegidos, pelo menos em regimes democráticos dignos, por uma eficaz lei de liberdade de expressão".

Nesta perspectiva, confiando nos princípios democráticos e agindo de forma racional e razoável, os cidadãos devem estar dispostos a justificarem e embasarem seus argumentos, esperando serem ouvidos e aceitos, bem como ouvir e considerar os demais. Esse é o “caráter omnilogal das democracias liberais” (SCROLL, 1999, p.100). Nesta perspectiva, outras instâncias e formas de conversação se tornam relevantes, como as interações entre instituições e sociedade, ou entre representantes e representados. Aqui, a discussão pública de origem omníloga pode se transformar em discussão dialógica, com alterações nos pontos de vista iniciais ao longo do debate, mas essa transformação é potencializada em debates temáticos e em arenas institucionalizadas, uma vez que normas e regras facilitam a condução a um diálogo (SCROLL, 1999).

Tanto Rawls (1995) quanto Habermas (1997) consideravam a esfera pública enquanto local de todas as discussões públicas. Um ambiente permeado pela cultura da sociedade civil, onde os cidadãos apresentavam suas opiniões originais e, por meio da troca de ideias entre seus iguais, modifica-se ou não sua opinião e perspectiva sobre um tema. Assim, a cultura social, com suas múltiplas associações (incluindo grupos específicos e temáticos, como religiões e profissões), influencia diretamente as discussões políticas e de ideias. Para Vethencourt (2013), Habermas e Rawls se diferenciam pelo modo operante do juízo moral. Enquanto o primeiro valoriza o agir comunicativo, o segundo pressupõe uma situação de igualdade em que é possível a busca pela razão pública por meio do debate político.

Por outro lado, Luhmann critica essa perspectiva liberal, por compreender que ela acaba por simplificar a opinião pública e não reconhecer sua função estruturante ao sistema político. “A teoria liberal reconheceu, na verdade, o instável flutuar da opinião pública, mas não podia aprovar a sua instabilidade, nem conseguiu explicar e integrar a sua função; teve, por essa razão, de se entregar à esperança no progresso” (LUHMANN, 2009, p. 78).

A estrutura do sistema político acaba regulando a opinião pública e impedindo que ela seja estável. Já a pluralidade das regras de atenção faz com que a opinião pública seja aberta, permitindo que ela não seja determinada apenas por uma variável, seja ela qualquer uma que acaba influenciando a formação da opinião pública, como os valores morais sociais, os problemas cotidianos, a lógica interna do sistema político ou as comunicações das elites, como a econômica. Essa caracterização importa em Luhmann

porque coloca a opinião pública como permanentemente aberta. O autor reforçará que isso não fará com que haja consenso. Internamente, o sistema permite que as unilateralidades das diferentes visões de mundo sejam reequilibradas e assim sejam possíveis as captações de atenção. Além disso, no contexto de Habermas, não há separação em cooperação e conflito. Num verdadeiro diálogo, as partes argumentariam até chegarem a um consenso. Para Luhmann (2009), isso só é possível no interior de pequenos sistemas, sendo impossível ao debate que origina a opinião pública.

Ao discutir novas mudanças estruturais da esfera pública, Keane (1995) afirma que houve uma fragmentação daquela que foi conhecida como o tradicional espaço de discussão e vida cultura da sociedade. Para o autor, hoje, há várias esferas públicas, de diferentes tamanhos e formas, que se dão e que se constroem em diferentes ambientes. O que inclui os digitais. Dentro dessa nova conjuntura, de fragmentação em que não há, inclusive, divisão sobre as esferas públicas e privadas, pode-se esperar que a noção de uma esfera pública unificada onde se forma a opinião pública a partir do interesse público seja descartada (KEANE, 1995).

Keane (1995) observa ainda que não há áreas restantes na vida social ou política que estejam isoladas e “protegidas” de controvérsias públicas, inclusive sobre a distribuição de poder. O questionamento do sistema político e o enfraquecimento das estruturas e divisas da vida social são aprofundadas pelo autor. Ele definirá as atuais democracias como monitoradas, em que o excesso de comunicação e o controle sobre o sistema político acabam enfraquecendo as instituições. Esta discussão é aprofundada neste trabalho no tópico adiante.

É nessa conjuntura que, hoje, se dão debates e discussões públicas em ambientes também online. Os ambientes online carregam um leque de oportunidade para ser explorado no que diz respeito ao debate e a formação da opinião pública, tanto pelos atores sociais e líderes, quanto pelas instituições políticas. As novas tecnologias não só permitiram o maior acesso a informações e a discussões sobre temas públicos, como suas potencialidades fizeram com que muitos vissem na Internet a possibilidade de uma ampliação da esfera pública, como um novo espaço que ressoasse a demanda social aos seus representantes. Diferentes vertentes têm investigado a esfera pública na Internet, cada qual buscando um processo comunicativo como o ideal, seja o consenso na perspectiva deliberativa, seja a representatividade na perspectiva liberal (SCHÄFER, 2015).

Independentemente da base teórica que os origina, os estudos empíricos voltados para o âmbito digital da esfera pública já têm ressaltado alguns achados sobre as discussões em ambientes online. Além da expansão de espaços comunicativos sobre temas políticos, registra-se uma amplitude ideológica - ao passo em que os cidadãos têm acesso a pontos de vistas alternativos aos dos veículos convencionais sobre temas atuais. Isto indica que, por mais míseros que sejam os resultados dessas discussões no campo político, são reais as potencialidades dos efeitos dessas discussões sobre os participantes. Além disso, verifica-se que debate digital tende a se caracterizar mais agonístico do que respeitoso, condizendo mais com uma perspectiva construtivista do que a participativa e deliberativa, orientada para o consenso (SCHÄFER, 2015).

Em relação à temática do debate digital, o interesse do cidadão pela política na internet pode seguir o calendário político, como o eleitoral. Isso porque o indivíduo pode se tornar mais participativo em “ondas” de interesse como o “tempo da política”, aquele mais próximo da decisão eleitoral (ALDÉ, 2011). O que já foi evidenciado em pesquisas empíricas que analisaram o comportamento de comentários online sobre eleições ao longo do tempo (CERVI, 2013; MITOZO, MASSHUCHIN, CARVALHO, 2015). Contudo, hoje, verifica-se que a discussão sobre a política nas redes sociais não se restringe ao período das eleições, chegando a uma intensidade que viraliza a temática política (KEANE, 2010).

Do ponto de vista metodológico, a maioria dos trabalhos dedicados a analisar o debate digital utilizam a análise de conteúdo como aporte, categorizando características encontradas empiricamente nos comentários escritos por cada participante do debate (MAIA e REZENDE, 2015; CERVI, 2013; MASSUCHIN, CARVALHO, MITOZO; 2016). Assim, criam-se livros de códigos para variáveis e categorias baseadas “em princípios que fundamentam a deliberação” (MAIA e REZENDE, 2015), tentando evidenciar o nível de “qualidade” de deliberação do debate, a partir da mensuração e exemplificação do respeito ao outro, argumentação, reciprocidade, reflexividade e justificativa do comentário (HABERMAS, 1996).

Dadas as características do ambiente virtual, pode se esperar que as redes sociais como o Facebook tendem a suprimir o medo de expor a opinião individual perante o debate e às opiniões dominantes – a espiral do silêncio (NOELLE-NEUMANN, 1995). Além disso, o Facebook já é caracterizado como um dispositivo que privilegia a radicalização entre internautas e a proliferação ideológica polarizada na rede (BRUGNAGO e CHAIA, 2014,

p.124). Isso porque ele já foi identificado empiricamente – por meio da análise de comentários em perfis brasileiros – como um ambiente propício a um debate muito mais voltado à mobilização do que à discussão política (MAIA, REZENDE, 2015) e caracterizado pela ausência de reciprocidade e justificativas (BARROS, CARREIRO, 2015). Esse comportamento muitas vezes direciona o debate à radicalização, afastando-se, inclusive, da temática original (MASSUCHIN, CARVALHO, MITOZO; 2016).

Em suma, os trabalhos que se dedicaram a observar o debate político em ambientes virtuais, especificamente as redes sociais digitais, sob a ótica da deliberação, chegaram a resultados semelhantes: não há deliberação no debate em redes sociais digitais. Assim, já se sabe que esse fenômeno, que inclui o debate não só do público, mas também com as instituições políticas e sociais, se dá em grande volume e intensidade, mas sem diálogo e argumentação de fato. Após evidenciar a relevância da opinião pública para o sistema político democrático e ressaltado como o processo de sua formação hoje é permeado pelo debate em ambientes digitais, o tópico seguinte defenderá uma perspectiva teórica para análise de comentários em redes sociais. Isso se dará a partir de uma proposta que abordar o comentário em páginas de instituições como uma forma de monitoramento das mesmas.

3. O COMENTÁRIO-MONITOR NO FACEBOOK

Para além da análise comparativa da forma de relacionamento do público com instituições políticas e sociais nas redes sociais digitais, um dos objetivos deste trabalho é conceituar o comentário nas páginas oficiais dessas instituições como uma forma de monitoramento do sistema político por parte do público. Para essa discussão, esse tópico trabalha principalmente a partir de Michael Schudson – que definiu o conceito de cidadão monitorial – e John Keane – que caracteriza as próprias democracias monitoriais. Em anos mais recentes, não desconectados com a emergência da democracia monitorial, “monitorar” tornou-se um verbo lugar-comum para descrever o processo de fiscalizar sistematicamente o conteúdo ou a qualidade de algo (KEANE, 2010).

Schudson (1998; 2000) parte de uma perspectiva histórica para ilustrar as mudanças das abordagens que definiam um tipo comportamento social como um modelo de cidadania democrática nos Estados Unidos, a partir de quatro fases distintas. A primeira era é a federalista, em que a cidadania era consumada por meio do voto. Assim, a participação política do cidadão baseava-se, principalmente, sobre a confiança dele àquele

em quem votava. As opiniões eram orientadas pela elite política. A segunda era, progressista, registrou o aumento da participação política, institucional, com os cidadãos participando das disputas, inclusive, por meio dos partidos. Schudson (1998) ressalta que a virada do século XIX ao XX definiu uma cidadania baseada nas informações e no conhecimento. O cidadão debatia, discutia e discorria em público sobre os direitos e os rumos da sociedade. As opiniões eram formadas pela reflexão sobre temas de interesse público.

Assim, a terceira era é a do cidadão informado. Por isso mesmo, nesta fase, a imprensa tem papel relevante. Do ponto de vista de sua função pública, enquanto instituição que alimenta e orienta o debate público, a imprensa deixa de ser partidária para atender ao modelo comercial e se postar como objetiva, imparcial, condicionada apenas para os fatos. Nesta fase, defende-se que o jornalismo deve fornecer a informação completa sobre os fatos, mas permitir com o que o público, o próprio cidadão, forme sua opinião sobre ele (SCHUDSON, 2000; ZALLER, 2003).

Já a última era pode ser caracterizada pela busca por direitos por meio da movimentação de grupos de interesse que disputam espaços sociais e políticos, uma das características do século XX. Para Schudson (1998), a noção de cidadania continuará evoluindo e se aproxima de uma cidadania monitorial, onde as pessoas passam a buscar um controle da política, monitorando seus atores e instituições. Mais individualizada, essa forma de participação cidadã acabou sendo marcada pela procura por modos de manifestações, por meio dos quais as pessoas ressaltavam suas demandas individuais. Do aspecto informacional, ressalta-se que a compreensão de monitoramento não prevê um conhecimento aprofundado sobre o sistema político. Para Schudson (2000), os cidadãos devem estar informados e em alerta para questionar certas ações que possam danificar a si próprio, a seus direitos e ao bem público. Ao sentirem que devem agir, buscam formas de participação que lhe garantam voz e fazem barulho.

Nesta nova fase, o jornalismo perde a função de orientar exclusivamente o debate e o comportamento público, uma vez que as informações chegam aos cidadãos de outras formas e não precisam ser aprofundadas, investigadas. Zaller (2003), inclusive, irá propor um novo modelo de notícias próximo a esse comportamento para indicar como o próprio jornalismo deveria agir muito mais como um alarme. O padrão de noticiário deveria ser mais superficial, pronto a acionar o cidadão a agir politicamente pela sociedade, do que mais próxima a fornecer informações completas sobre as histórias que de interesse público,

como se tem empenhado a fazer. Independentemente da forma como o jornalismo ainda atua ou padroniza seus produtos, cada vez mais as pessoas se informam sobre muitas coisas e de maneira superficial. Um novo padrão de consumo de informações tem sido criado pela internet e pelo uso das redes sociais para essa função de busca de informações.

Ao revisar sua própria obra, Schudson (2000) reforça as mudanças sugeridas à noção de cidadania democrática ao longo do tempo e destaca que a compreensão de um cidadão como monitorial deve compreender que ele não é o mais apropriado para definir um modelo de participação cívica. Schudson acaba classificando mais o nível de interesse e informação sobre o sistema político, que direcionará essa participação, do que as ações de monitoramento, como ideais para a democracia. Para o autor, o modelo do cidadão monitorial ainda é uma modificação do cidadão que se baseava apenas em informações, pois Schudson acredita na coexistência desse estilo com os modelos de envolvimento político tanto a partir da confiança, quanto por intermédio dos partidos e também pela busca por direitos.

Para Hooghe e Dejaeghere (2007), o cidadão monitorial delineado por Schudson deve ser visto como um tipo ideal. Os autores buscam encontrar características desse tipo de cidadania em uma pesquisa empírica em países nórdicos. Para tanto, definem quatro características que devem ser encontradas no comportamento do indivíduo para que ele represente ou se aproxime desse tipo ideal: I) ter algum interesse político; II) esperar eficácia das instituições políticas; III) estar em atividade de monitoramento; IV) não dependerem de instituições para entrarem em contato de cobrança.

É importante destacar que o cidadão monitorial não é passivo (SCHUDSON, 2000), ele apenas age nos momentos em que acha serem os ideais e necessários para isso. É disso que se trata a ação de monitorar: estar próximo e atento às instituições para chamar a atenção das instituições quando achar necessário, como um alarme crítico. Uma das características do comportamento de monitor é justamente atuar muito mais como vigilante em um ambiente do que coletando informações (SCHUDSON, 1998). Esses monitores são independentes e muitas vezes indivíduos que participam de forma isolada para apresentar demandas particulares e cobrar as instituições. Essa individualização é uma característica do indivíduo pós-moderno (HOOGHE; DEJAEGHERE, 2007).

Pertinente à abordagem deste trabalho que considera o comportamento dos cidadãos com as instituições em redes sociais digitais, Hooghe e Dejaeghere (2007) consideram problemática a relação da população mais jovens com as instituições políticas.

Contudo, os autores reforçam que por mais que não estejam engajados em formas tradicionais de participação, como por meio da filiação a partidos, os mais jovens hoje não deixam de se envolver na política. Apenas, hoje, procuram experiências não institucionais e que garantam uma participação a curto prazo. Além disso, segundo Hooghe e Dejaeghere (2007), os questionamentos do cidadão monitorial direcionam-se com o sistema político e suas instituições, não com a sociedade em si e os concidadãos. Diferentemente da América e da Europa Ocidental, na Escandinávia, segundo os autores, os cidadãos pós-modernos – ainda que jovens, individualizados e com alta escolaridade – que se caracterizam como ativos e participativos politicamente ainda são os vinculados a partidos e sindicatos. Não apresentam, portanto, interesse e participação de forma desvinculada às instituições.

Deve-se considerar que esse comportamento e as novas práticas de cidadania geram efeitos à democracia. Para Schudson (2000), para que haja relação coerente entre o comportamento dos cidadãos e das instituições políticas democráticas, é mais adequado que se revise a própria definição normativa de democracia, bem como suas pretensões teóricas. Ao encontro dessa perspectiva, Keane (2010) propõe a conceituação de democracia monitoria, ao considerar que as democracias se modificaram e que nas democracias monitoradas, as pessoas aprenderam que devem cobrar e julgar suas instituições e representantes. “A abundância comunicativa e as instituições monitoriais combinam para promover uma espécie de mudança na forma da percepção popular de poder” (KEANE, 2010, p.669). Ao definir a atuação desses monitores independentes, destaca-se que eles colocam as instituições políticas e sociais sob constante alerta. Isso acabar por enfraquecer a centralidade das eleições, bem como a atuação dos partidos políticos e dos parlamentares sobre a vida da população. É por isso mesmo que a democracia monitorada³ é pós-representativa (KEANE, 2010).

Para Keane (2010, p. 662), a “democracia monitoria testemunha constante escrutínio público e discussões em relação ao poder, ao ponto de parecer que nenhuma organização ou líder dentro das áreas do governo ou da vida social está imune de problemas políticos”. Nesse cenário, a opinião pública se dilui e não há mais linhas de representação bem delimitadas e com funções específicas dentro do Estado.

Segundo Keane (2010), desde 1945, quando é possível afirmar que se iniciou a fase monitorada das democracias, houve o surgimento de centenas de novas instituições

³ “Monitory democracy”, também traduzida como monitoria na versão portuguesa da obra pela editora 70. De todo modo, o conceito de monitor é o mesmo, aquele que acompanha, cobra, questiona, principalmente as instituições democráticas e seus representantes.

escrutinadoras do poder desconhecidas dos regimes democráticos até então. Além disso, a compreensão desse tipo de democracia está estritamente ligada ao crescimento de sociedades saturadas por múltiplos meios de informação (FEENSTRA, 2012), o que passa a ser potencializado com o a comunicação online e, em especial, o uso constante e abundante das redes sociais digitais. Segundo Keane (2010), é a nova configuração de uma galáxia midiática que dá suporte para a atuação do controle da política por parte desses monitores.

A principal diferença da caracterização do cidadão monitorial de Schudson para democracia monitorada de Keane esteja na visão otimista de Schudson de que a forma individualizada de participação via monitoramento não gera desgaste para a relação entre o público e o sistema político. Em Keane (2010), ao serem retratadas as mudanças estruturais e, inclusive, geográficas dos sistemas políticos e dos Estados-nação, é possível apostar num enfraquecimento da representatividade dessas instituições. Ainda que as instituições democráticas representativas ainda funcionem, hoje, eles têm que lidar com diversas outros atores que se relacionam, incluindo um maior e intenso fluxo de comunicação e monitoramento entre as diferentes esferas.

Além disso, essa era de excessos comunicativos evidencia despontamentos, contradições e instabilidade política refletidos no debate público (KEANE, 2010). Os excessos não são apenas em termos quantitativos, mas também no tipo de participação, quando não relacionada diretamente ao assunto do debate. Ademais, isso potencializa uma crise de representatividade que não se restringe às instituições e aos atores do sistema político. Instituições sociais relevantes ao fortalecimento de democracias representativas, como a imprensa (SCHUDSON, 2008), monitoradas, também passam a ser questionadas constantemente pela própria sociedade na conjuntura delineada por Keane (2010).

Já para Van Den Hoven (2005), o postura do cidadão monitorial é adequado tanto para um comportamento dos indivíduos na era da e-democracia, quanto para a “e-contestação”. Isso porque a ideia de Schudson sobre o cidadão monitorial não só consegue caracterizar o processamento das informações políticas contemporâneas, mas é totalmente adequado ao comportamento que se observa dos indivíduos em ambientes online. Neles, realizam uma varredura pelas informações e não necessariamente se aprofundarem sobre elas. Contudo, não deixam de se manifestar quando acham oportuno e necessário.

Além disso, para Keane (2000), as democracias saturadas de mensagens acabam estimulando as suspeitas das pessoas em relação ao poder que não presta contas a ninguém.

O autor, porém, não deixa de evidenciar os efeitos positivos à democracia monitorada. Especialmente ao acreditar que a expansão da comunicação e da circulação de informações políticas permite um acesso maior à pluralidade de visões de mundo. É nesse ponto que a compreensão de Schudson sobre a diferença entre o bom cidadão monitor e aquele que é bem informado faz a diferença.

Ressalta-se que, na compreensão de Schudson (2008), o jornalismo é uma instituição social importante para as democracias e deve colaborar com o monitoramento do sistema político. Contudo, cada vez mais é difícil creditar à imprensa a responsabilidade de alimentar e direcionar o debate público. Nessa era de abundância comunicativa, não há controle sobre a produção de conteúdos, como não havendo restrição de produtores⁴. Isso tudo é potencializado com as redes sociais, nas quais as organizações se fazem cada vez mais presentes, como forma de relacionamento e produção de conteúdo. Considerando que as instituições possuem páginas no Facebook para informar seus seguidores dos temas políticos, elas alimentam o debate público ao publicarem, constantemente, conteúdos políticos e compartilharem suas visões de mundo sobre temas polêmicos e em evidência.

O espaço destinado aos comentários nessas publicações torna-se, assim, mais um dos ambientes, no âmbito digital, destinado ao debate público, como a primeira seção teórica procurou demonstrar. Também foi mostrado que, majoritariamente, as pesquisas empíricas que investigaram tais comentários, ainda que tendo como ponto de partida a discussão sobre deliberação pública, constataram que não há deliberação em debates no Facebook. Nesta conjuntura, é importante ressaltar que não se espera que haja necessariamente diálogo entre os comentadores e a própria publicação neste trabalho.

Assim, aqui, o comentário monitor nos posts das páginas de instituições no Facebook é aquele que enxerga o espaço que poderia ser destinado exclusivamente ao debate sobre o tema da publicação como uma oportunidade para cobrar e questionar as instituições. Ressalta-se que a intensidade desses comentários pode dificultar não só o debate entre participantes sobre o tema pautado pelo post como também a própria relação entre a instituição e a população. Os cidadãos acabam destinando o espaço que poderia aproximá-los apenas para a função de monitoramento.

⁴ Não se desconsidera a existência e a atuação do jornalismo hoje. Inclusive, as empresas jornalísticas tradicionais têm tentado se aproximar do público, e buscar estar presentes em todas as redes sociais digitais, produzindo e difundido conteúdos por meio delas também. Contudo, o que é reforçado aqui é o fim da hegemonia do jornalismo na centralização de informações e no agendamento do debate público contemporâneo.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para esta análise, foram escolhidos seis perfis no Facebook que publicam sobre temas políticos em evidência no debate público brasileiro. Tais páginas representam instituições políticas e/ou sociais de diferentes níveis de institucionalização no Brasil: Senado Federal; Câmara dos Deputados; Partido dos Trabalhadores (PT); Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB); Mídia Ninja e Movimento Brasil Livre – MBL. Para testar a hipótese de que há diferenciação de comportamento do comentário tipo “monitor” por nível de institucionalização da fanpage, classificamos as páginas em alto, médio e baixo nível de institucionalização, como consta no quadro 1, a seguir.

Quadro 1 - Nível de institucionalização classificado para as páginas analisadas

Instituição	Endereço da página no Facebook	Nível de institucionalização
Senado Feral	www.facebook.com/SenadoFederal/	Alto
Câmara dos Deputados	www.facebook.com/camaradeputados/	Alto
PT	www.facebook.com/pt.brasil/	Médio
PSDB	www.facebook.com/Rede45/	Médio
Mídia Ninja	www.facebook.com/MidiaNINJA	Baixo
MBL	www.facebook.com/mblivre/	Baixo

Fonte: Elaboração própria.

O recorte temporal considerou todo o mês de maio de 2017, sendo que a coleta dos comentários foi realizada semanalmente por meio do aplicativo Netvizz⁵. O Netvizz raspa os dados das páginas selecionadas, incluindo as estatísticas descritivas e o conteúdo das publicações e dos respectivos comentários. Um exemplo de informação fornecida pelo Netvizz e utilizada de forma complementar nessa análise é a identificação de comentários publicados pela própria instituição como forma de responder o público. Após a coleta – que totalizou 1835692 comentários feitos a 4053 posts publicados entre 01 e 31 de maio de 2017 – primeiramente, classificou-se como “comentário-monitor” aquele comentário que citou textualmente a instituição proprietária e administradora da página no Facebook.

A partir do que foi discutido na literatura, definiu-se essa estratégia pela compreensão de que o comentário que cita a própria instituição está ali, em primeira instância, para monitorá-la. Ao se dirigir diretamente à instituição, o comentador não necessariamente discorre sobre o conteúdo do post. Tampouco se pressupõe que esteja,

⁵ Aplicativo desenvolvido e disponível gratuitamente dentro do próprio Facebook para extração de dados de páginas, perfis e grupos da rede social (RIEDER, 2013). Disponível em: <https://apps.facebook.com/netvizz>.

inicialmente, dialogando com os outros cidadãos presentes no debate. O cidadão está na página monitorando a instituição e em determinado momento age para questioná-la.

Após a classificação manual das páginas e comentários, a análise do conteúdo destes baseou-se, principalmente, em estratégias quantitativas e automatizadas de análise textual/lexical. Esse tipo de análise possibilita descrever um material de determinado produtor de conteúdo (autor do texto), individual ou coletivamente, como também pode atender a uma finalidade comparativa, relacional, de diferentes produtores de conteúdo (CAMARGO; JUSTO, 2013). Aqui, a análise textual se deu por meio do software Iramuteq⁶. O programa reúne diferentes métodos de análises lexicais, incluindo o algoritmo ALCESTE⁷, desenvolvido por Reinert (1990), e utilizado neste trabalho.

O ALCESTE calcula a co-ocorrência de palavras e segmentos de textos, classificando os discursos textuais, o que permite, inclusive, identificar o nível de pluralidade temática do texto para a análise de conteúdo. O método de análise lexical de Reinert trabalha com o texto por meio de etapas. Primeiro, faz o reconhecimento das unidades de contexto inicial (UCI) agrupando palavras por ocorrência e raízes, calculando-se também a frequências das formas (lexicografia básica) e estabelecendo as unidades de contexto elementar (UCE). A divisão das palavras que são associadas significativamente mas UCes se dá por meio da classificação descendente hierárquica (CDH). O software gera tabelas para as classes que permitem a visualização das palavras que, associadas, aparecem significativamente em determinadas classe enquanto estão ausentes, também de modo significativo, nas demais. As UCes também são representadas visualmente por meio de dendograma ou gráficos de correspondência pós-fatorial no Iramuteq. Assim, o estabelecimento das UCes identificam aquelas unidades que apresentam vocabulário semelhante entre si e diferente das outras classes (CAMARGO, 2005).

A análise de similitude é outra análise lexical multivariada possibilitada pelo Iramuteq e utilizada nesta análise. Na análise de similitude, além de ser possível identificar co-ocorrências entre palavras, tornam-se visíveis as conexões entre elas por meio de grafos. A forma como as palavras se conectam na similitude indica não apenas a organização do conteúdo textual, podendo levar, inclusive, à compreensão de representações sociais por meio dos termos. As árvores formadas indicam, ainda, quais

⁶ O Iramuteq (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), é um programa gratuito, que se ancora no software R e utiliza a linguagem python, que permite diferentes formas de análises estatísticas sobre corpus textuais (CAMARGO; JUSTO, 2013).

⁷ *Analyse Lexicale par Context d'un Ensemble de Segments de Texte*.

termos assumem uma posição central entre as palavras e quais são as conexões entre os diversos elementos relacionados. Aqui, a análise de similitude é complementar à análise de especificidades – quando os comentários passam a ser analisados por página de origem na rede social – de modo singular, não mais comparativo como no início da análise – quando os conteúdos de todos os “comentários-monitor” serão comparados de forma conjunta. A análise é desenvolvida no próximo tópico.

5. ANÁLISE EMPÍRICA

Primeiramente, de modo descritivo, observamos as frequências obtidas da coleta de dados do mês de maio nessas fanpages. A tabela 1 traz a quantidade de posts e comentários de cada página naquele mês, a média de comentários por post, o percentual de quantos comentários se configuram como respostas a outros comentários – e não ao post – e a quantidade de comentários feitos pela própria fanpage, assim como a média deles por publicação. Essas primeiras informações já permitem algumas comparações entre as instituições no Facebook.

Tabela 1 – Frequências descritivas dos comentários das páginas em maio/2017

Nível de Institucion.	Página	Post	Comentário		Resposta		Comentário da página	
		n	n	Média/post	n	%	n	Média/post
Alto	Senado	132	161872	1226,30	46242	28,58	25	5,28
	Câmara	72	9547	132,60	1593	16,69	59	0,82
Médio	PT	348	68530	196,93	9205	13,43	3	0,01
	PSDB	112	15107	134,88	3133	20,74	104	0,93
Baixo	MBL	1493	748167	501,12	103074	13,78	96	0,06
	Mídia Ninja	1896	832469	439,07	95271	11,44	66	0,03
Total		4053	1835692	452,92	258518	14,08	353	0,09

Fonte: Elaboração própria.

No total, as seis páginas selecionadas publicaram 4053 posts no mês de maio, uma média de 130 publicações por dia. A média não deve ser considerada como padrão porque MBL e Mídia Ninja publicaram muito mais que as demais páginas. Câmara dos Deputados, Senado e PSDB, inclusive, totalizaram, no mês, menos posts do a média geral.

Quando se observa a média de comentários por post é que é possível afirmar o destaque que a página do Senado ganha diante das demais. No mês de maio, a página totalizou mais de 1,2mil comentários em média por post. Desse total, 28,58% são respostas a outros comentários. Além disso, a página do Senado é aquela que apresenta maior média

de interação da própria página no espaço de comentários. Conforme a tabela, a instituição comenta, em média, pelo menos cinco vezes em cada um dos seus posts.

Outra informação que a tabela 1 fornece, quando comparadas as páginas, é que Câmara dos Deputados e PSDB também são instituições presentes no debate em comentários em suas respectivas publicações. Só o próprio PSDB, no mês de maio, comentou 104 vezes em sua própria página, o que dá uma média próxima a um comentário do partido por post. As demais instituições não respondem via comentários. Cabe ressaltar que a página já atua no debate ao publicar o post e pautar o conteúdo daquela interação, o espaço dos comentários é o local destinado ao debate do público leitor. Ainda que muitas vezes seja utilizado apenas para o comportamento de monitoramento.

Dadas essas primeiras impressões comparativas de frequência e volume de postagens e comentários nas páginas selecionadas, a análise passa se concentrar naqueles comentários que aqui estão sendo classificados como de “monitores”. Como explicado na seção metodológica, foram classificados como monitores aqueles comentários que citaram as próprias instituições, donas da página no Facebook. A tabela 2, também descritiva apresenta as frequências desses comentários em cada página, quanto eles representam do total e a média da presença por publicação no mês analisado.

A primeira informação a se destacar é que dos mais de 1,8 milhões de comentários obtidos nas seis páginas, pouco mais de 48 mil foram categorizados como de monitores. O que representa 2,65% do total e sinaliza uma média de 11,98 comentário-monitor por post. Em volume de comentários-monitor, nota-se a quantidade excedente de comentários no MBL (28983 mil comentários citando o próprio movimento) e em Mídia Ninja (10801 comentários mencionando a organização diretamente). Isso já era esperado dado o total de comentários que a página apresentou no período.

Tabela 2 – Frequências de comentário-monitor nas páginas em maio/2017

Nível de Institucionalização	Página	Post	Comentário		Comentário-monitor		
		n	n	Média/post	n	%	Média/post
Alto	Senado	132	161872	1226,30	3393	2,10	25,70
	Câmara	72	9547	132,60	185	1,94	2,57
Médio	PT	348	68530	196,93	3317	4,84	9,53
	PSDB	112	15107	134,88	1885	12,48	16,83
Baixo	MBL	1493	748167	501,12	28983	3,87	19,41
	Mídia Ninja	1896	832469	439,07	10801	1,30	5,70
Total		4053	1835692	452,92	48564	2,65	11,98

Fonte: Elaboração própria.

Já na comparação direta entre as páginas, novamente, a página do Senado se destaca das demais, quando se considera a média de comentários do tipo monitor por publicação, apresentando 25,7 comentários-monitor para cada post, mais que o dobro da média geral (11,98). As páginas do MBL e do PSDB também apresentam médias superiores à geral. Desconsiderando o controle por post e atentando-se ao porcentual do total de comentários, os dados do PSDB se destacam dos demais porque o total de comentários do tipo “monitor” acaba representando 12,48% do total de comentários recebido pela página no período. Ou seja, a cada sete comentários feitos às publicações do partido no mês de maio, um citava diretamente a instituição.

Expostos esses dados descritivos, o trabalho volta-se a verificar o conteúdo específico desses comentários monitores em cada uma das páginas. A análise continua a ser conduzida de modo comparativo, mas agora por intermédio do software Iramuteq e por meio do método de Reinert (1990). Ao realizar a análise lexical de todos os comentários do tipo monitor, foram constadas apenas duas classes. Ou seja, todo o corpus textual inicial formado pelos mais de 48 mil comentários do banco, que citavam as instituições analisadas no mês de maio, formou duas unidades de contexto elementar, constituídas por palavras que significativamente estavam associadas.

Os quadros 2.1 e 2.2 – que listam os termos encontrados no texto e sua associação positiva ou negativa com as classes 1 e 2 – expõem as trinta primeiras palavras⁸ da classificação hierárquica produzida pela análise lexical. Todos os qui-quadrados expostos são significativos. A descrição de ambas as classes permitem uma interpretação e classificação dos diferentes conteúdos encontrados nos comentários monitores nessas seis páginas analisadas. Ao olharmos a descrição das palavras que constituem a classe 1, por exemplo, é possível encontrar termos gerais, que são comuns no debate público brasileiro, mas ilustram conteúdos políticos genéricos. Nesse grupo, encontram-se as palavras que representam as páginas – de médio e baixo nível de institucionalização – analisadas, atores políticos brasileiros – como Temer, Lula, Dilma, Aécio e Cunha – mas também palavras que direcionam para um debate mais radicalizado comum aos comentários em redes sociais brasileiras: bando, petista, defender, bandido, estimação, esquerda, manifestação, rua.

⁸ Sendo essa uma opção da autora para expor um número de palavras nesta análise.

Palavra	Classe_1	Classe_2	p
mbl	4095,5	-4095,5	< 0,0001
temer	925,13	-925,13	< 0,0001
movimento	478,83	-478,83	< 0,0001
ves	478,21	-478,21	< 0,0001
lula	453,68	-453,68	< 0,0001
pt	374,8	-374,8	< 0,0001
defender	334,74	-334,74	< 0,0001
Aécio	301,73	-301,73	< 0,0001
bandido	298,04	-298,04	< 0,0001
livre	228,86	-228,86	< 0,0001
rua	227,3	-227,3	< 0,0001
agora	223,64	-223,64	< 0,0001
dilma	212,12	-212,12	< 0,0001
psdb	200,71	-200,71	< 0,0001
esquerda	168,47	-168,47	< 0,0001
apoiar	165,87	-165,87	< 0,0001
cunha	163,75	-163,75	< 0,0001
falar	158,09	-158,09	< 0,0001
estimação	143,89	-143,89	< 0,0001
mídia	137,08	-137,08	< 0,0001
ninja	136,3	-136,3	< 0,0001
manifestação	126,94	-126,94	< 0,0001
corrupto	123,99	-123,99	< 0,0001
pmdb	123,57	-123,57	< 0,0001
cair	122,04	-122,04	< 0,0001
cara	112,58	-112,58	< 0,0001
merda	108,74	-108,74	< 0,0001
Aécio	101,89	-101,89	< 0,0001
petista	101,02	-101,02	< 0,0001
bando	98,4	-98,4	< 0,0001
brasil	93,15	-93,15	< 0,0001

Quadro 2.1 – Chi-square/Método de Reinert – Classe 1 do conteúdo de comentários-monitor

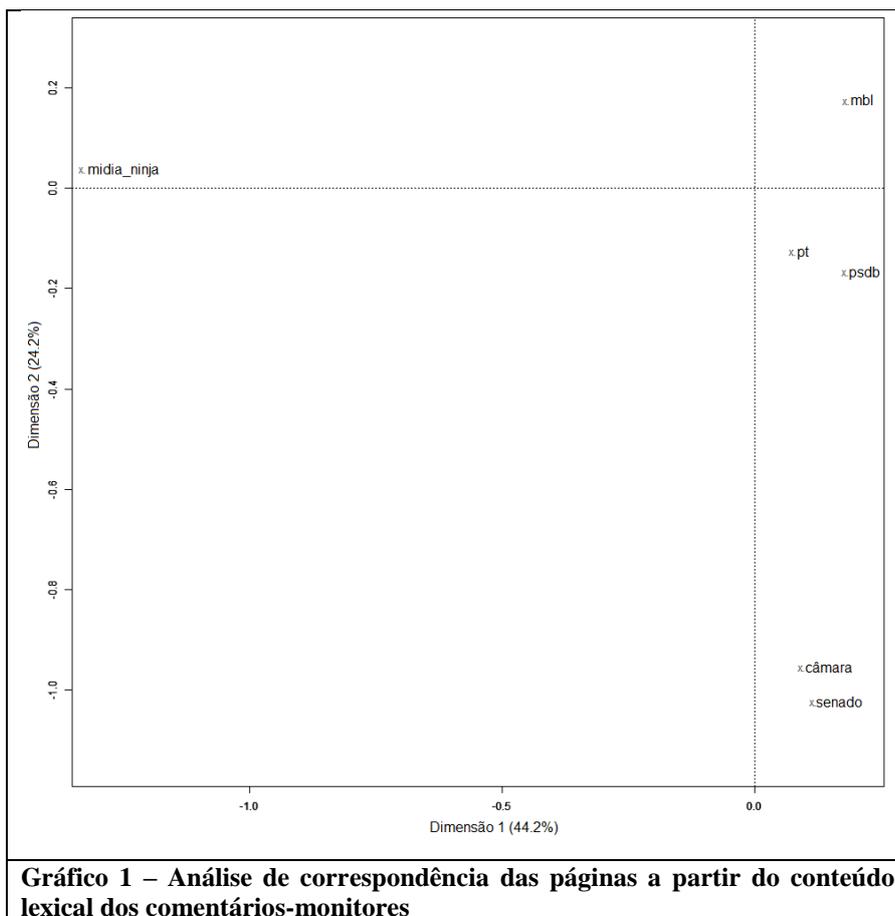
Palavra	Classe_1	Classe_2	p
senado	-6882,04	6882,04	< 0,0001
senador	-5695,37	5695,37	< 0,0001
deputado	-3313,34	3313,34	< 0,0001
federal	-2711,13	2711,13	< 0,0001
lei	-1605,19	1605,19	< 0,0001
câmara	-1389,43	1389,43	< 0,0001
reforma	-1387,81	1387,81	< 0,0001
aprovar	-1262,68	1262,68	< 0,0001
trabalhista	-1179,98	1179,98	< 0,0001
projeto	-1051,49	1051,49	< 0,0001
imposto	-972,98	972,98	< 0,0001
salário	-886,02	886,02	< 0,0001
público	-816,15	816,15	< 0,0001
trabalhador	-735,73	735,73	< 0,0001
previdência	-711,6	711,6	< 0,0001
proposta	-514,11	514,11	< 0,0001
saúde	-458,09	458,09	< 0,0001
servidor	-438,09	438,09	< 0,0001
empresa	-410,26	410,26	< 0,0001
aposentadoria	-404,7	404,7	< 0,0001
demitir	-371,35	371,35	< 0,0001
emprego	-347,85	347,85	< 0,0001
educação	-343,93	343,93	< 0,0001
governador	-336,55	336,55	< 0,0001
ano	-331,77	331,77	< 0,0001
trabalhar	-331,05	331,05	< 0,0001
congresso	-318,05	318,05	< 0,0001
pec	-314,27	314,27	< 0,0001
legislativo	-299,52	299,52	< 0,0001
prefeito	-297,48	297,48	< 0,0001
funcionário	-293,16	293,16	< 0,0001

Quadro 2.2 – Chi-square/Método de Reinert – Classe 2 do conteúdo de comentários-monitor

Fonte: Elaboração própria

A segunda classe é mais institucionalizada. As palavras senado, senador, deputado e federal, na classificação hierárquica as que mais aparecem nessa classe, são o que direciona a interpretação de que nesse grupo estão os comentários-monitores das duas páginas de nível alto de institucionalização deste trabalho. A classe 2 traz palavras não só relacionadas às duas páginas de alto nível de institucionalização, mas de temas específicos que estavam em evidência no sistema político e no debate público no período, como propostas de emendas constitucionais como a reforma trabalhista e a reforma da previdência. Estão significativamente na classe 2 – e, portanto, ausentes na classe 1 – palavras como: lei; reforma; trabalhista; aprovar; projeto; imposto; salário; emprego; educação; previdência; saúde.

Como a análise lexical não dividiu o corpus textual em mais de duas classes temáticas, não foi gerado pelo Iramuteq o gráfico de Análise de Correspondência Fatorial (AFC) com a distribuição do conteúdo lexical, ou seja das palavras a partir de suas ocorrências. Contudo, considerando as especificidades – aqui representadas pelas páginas em que foram feitos os comentários – o gráfico 1, abaixo, gerado pelo Iramuteq, distribui numa análise de correspondência as instituições aqui analisadas.



Fonte: Elaboração própria

Quando mais próximos os pontos distribuídos no gráfico, mais relacionados os conteúdos de seus comentários-monitores estão. Primeiramente, observa-se a capacidade explicativa das duas dimensões do gráfico, mostrando como o eixo horizontal é mais explicativo (44,2%) para a variação conjunta dos pontos representados. A partir disso, destaca-se que a primeira informação relevante que a análise de correspondência nos dá é a singularidade dos comentários feitos às publicações de Mídia Ninja. O ponto que representa a página não só está isolado em um quadrante superior, como é o único à esquerda do ponto centroide.

O gráfico ainda nos dá outras informações relevantes em relação aos conteúdos dos comentários direcionados às instituições. Nota-se, por exemplo, que, no que tange à dimensão 2, as páginas classificadas como o mesmo nível de institucionalização ficaram próximas, distribuídas no eixo vertical. Destaca-se, portanto, que o conteúdo do comentário-monitor acaba ficando muito mais vinculado ao tipo de instituição em que se comenta/se monitora, do que ao espectro ideológico da mesma, por exemplo. Considerando a proximidade política e ideológica de PSDB com MBL e PT com Mídia Ninja, nota-se que eles indicam para uma mesma direção horizontal. Mas a proximidade do aspecto institucional no caso PT-PSDB, partidos, é muito mais significativa. No caso Mídia Ninja e MBL, isso é distorcido por Mídia Ninja se isolar dos demais pontos. Ainda assim, ambos os movimentos sociais encontram-se, somente os dois, no eixo superior.

Destaca-se como o conteúdo do comentário feito à página da Câmara dos Deputados é muito próximo do conteúdo identificado nos comentários na página do Senado. Além disso, as duas páginas se isolam das demais na dimensão 2. Essa distância diz respeito, portanto, à classificação das UCEs que dividiu de forma léxica todo o corpus textual. Isso permite dizer que a diferença do conteúdo dos comentários à Mídia Ninja para MBL, PT e PSDB não está relacionado às palavras descritas nas classes 1 e 2, mas se diferencia por outras características que podem ser termos específicos que só foram pautados por aquela instituição no período analisado. Nessa perspectiva, os temas percorridos por comentários-monitor das demais páginas, dos partidos, do MBL e das páginas do Congresso Nacional, foram semelhantes – todos ao lado direito do gráfico – contudo, as duas páginas de alto nível de institucionalização, significativamente, apresentaram conteúdos que se diferenciam das demais.

Para continuar a comparação entre os conteúdos das diferentes páginas, a análise passa a ser feita por especificadas, considerando separadamente o conteúdo dos comentários-monitor de cada uma das páginas. Aqui, o conteúdo específico será analisado por meio da análise de similitudes. O objetivo desta etapa é expor os grafos de similitudes e, a partir deles, comparar como os comentários nas diferentes páginas se comportam. Temos, assim, seis conjuntos de grafos. Cada um representando o conteúdo dos comentários do tipo monitor nas páginas das instituições analisadas aqui. Dada a grande quantidade de comentários analisados, e palavras totalizadas, foi estabelecido que o grafo seria formado por aqueles termos que apareceram mais de 100 vezes no corpo textual, de modo a ficar visíveis as palavras e os grafos informativos. A primeira comparação entre as

monitores mencionam outras instituições. Como ocorre com as páginas de maior institucionalização, em que se mesclam as menções ao Senado e aos senadores e à câmara e aos deputados nos comentários. E também o caso do PT, que é um partido mencionado na página do MBL e do PSDB. Neste, além de PT ser o segundo termo mais mencionado, também fazem referência ao PMDB, outro partido brasileiro.

Quadro 3 – Formas ativas mais recorrentes por especificidades de comentários-monitor

POSICÃO	SENADO	CÂMARA	PSDB	PT	MBL	MÍDIA NINJA
1º	Senado	Câmara	PSDB	PT	MBL	Ninja
2º	Senador	Deputado	PT	Lula	Temer	Mídia
3º	Federal	Reforma	Partido	Mais	Vcs	Dia
4º	Deputado	Povo	Mais	Brasil	Brasil	Obrigar
5º	Reforma	Mesmo	Povo	Temer	Movimento	Valer
6º	Mais	Senado	PMDB	Querer	Mais	Mais
7º	Lei	Entulho	Temer	Partido	Querer	Bom
8º	Povo	Querer	Brasil	Povo	Agora	Lula
9º	Querer	Mais	Brasileiro	Estar	Falar	Povo
10º	Dever	Temer	Reforma	Dar	Lula	Mostrar
11º	Votar	Senador	Governo	Dilma	Defender	Ver
12º	Mesmo	Votar	Querer	Mesmo	Ver	Muito
13º	Saber	Governo	Corrupto	Muito	Mesmo	Falar
14º	Aprovar	Nada	Votar	Governo	Dizer	Temer
15º	Muito	Previdência	Presidente	Presidente	PT	Aqui

Fonte: Elaboração própria

Os comentários que monitoram o congresso, nas páginas do Senado e da Câmara, mencionaram, com frequência, palavras relacionadas ao trabalho dos congressistas, como “Lei”, “reforma”, “previdência”, “aprovar”, “votar”. Palavras como “povo”, “Brasil”, “brasileiro” também se repetem. São frequentes em mais de uma página termos que indicam intensidade como “muito” e “mais”. Destaca-se que o sobrenome do Presidente da República, Michel Temer, apareceu em todas as especificidades. O ex-presidente Lula também é mencionado com frequência na página de seu partido (PT) e na dos dois movimentos sociais. A palavra “governo” aparece como frequente nos comentários da Câmara, do PSDB e do PT. Nos dois partidos, também está presente entre as 15 formas mais recorrentes a palavra “presidente”. Ressalta-se que é recorrente o uso de verbos nos comentários-monitores, com destaque para o verbo “querer”, que só não aparece nos comentários-monitores de Mídia Ninja.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi desenvolvido sob dois objetivos principais. Primeiramente, dedicou-se a discutir como comentários do público em redes sociais digitais podem ser uma forma de monitoramento das instituições sociais e políticas que estão presentes nesses ambientes. Defende-se aqui que determinado comportamento de cobrança e tentativa de controle ao sistema político prejudica a potencialidade desses ambientes em serem utilizados para o debate sobre temas políticos em evidência. O segundo objetivo, a partir dessa discussão, foi comparar o conteúdo de comentários dessa classificação feitas a diferentes instituições que mantêm páginas oficiais no Facebook para a produção e circulação de informações políticas que alimentam o debate público.

Os comentários-monitores estão presentes nas páginas de diferentes instituições brasileiras, como as escolhidas para esta análise. Algumas páginas apresentam mais engajamento e monitoramento do público via comentários que outras. Contudo, todas tendem a ter um porcentual pouco significativo no volume de comentários recebidos. Ainda assim, aponta-se que na comparação entre elas, há diferenças. A análise expôs que por mais ativa a alimentar o debate com informações políticas, o nível de institucionalização da página gera alterações no conteúdo dos comentários publicados, independentemente do conteúdo do post publicado pela instituição na rede social Facebook. Ou seja, o nível de institucionalização influencia a qualidade do debate.

De modo geral, as análises por especificidades – tanto dos termos mais recorrentes quanto dos grafos de similitude – reforçam o que já havia sido indicado pela análise de correspondência. O conteúdo dos comentários-monitores tendem a se aproximar de acordo com as páginas em que ocorrem, dados os níveis de institucionalização que apresentam. Os conteúdos dos comentários que monitoram Câmara dos Deputados e Senado Federal são mais próximos e pode ser classificado como um conteúdo mais plural e relacionado às instituições com as quais se relacionam. Os partidos também se aproximam, ainda que o PSDB represente maior diversidade no conteúdo de seus comentários de monitoramento. Por outro lado, os novos movimentos sociais, que se desenvolveram e cresceram com o engajamento online, classificados como de baixo nível de institucionalização e com maiores números de participação em comentários aqui, são aqueles que apresentam maiores especificidades. O conteúdo dos monitores de Mídia Ninja se diferencia de todos. Neste aspecto, MBL se aproxima dos partidos. Em outro aspecto,

MBL se diferencia ao indicar, pela análise de similitude, que o conteúdo dos seus comentários-monitores se distinguem em diferentes comunidades.

Esta análise se deu de forma exploratória em uma primeira tentativa de aplicar o conceito de monitoramento dos cidadãos brasileiros por meio do Facebook. Sendo o comentário direcionado às instituições, suas reações a elas. Defende-se que, ao dar continuidade a essa discussão, trabalhos futuros deem conta de aprofundar a análise de conteúdo desses comentários – de modo mais qualitativo, inclusive – e indicar novas características, como o fluxo e o direcionamento dessas interações entre os cidadãos e as instituições em redes sociais e, também, até onde esses comentários podem representar cobranças e críticas de monitoramento.

REFERÊNCIAS

ALDÉ, A. O internauta casual: notas sobre a circulação da opinião pública na internet. Revista USP. São Paulo, n.90, junho/agosto 2011. p. 24-41.

BARROS, Samuel; CARREIRO, Rodrigo. A discussão pública e as redes sociais online: o comentário de notícias no Facebook. Fronteiras-estudos midiáticos, v. 17, n. 2, p. 174-185, 2015.

BRUGNAGO, F.; CHAIA, V. A nova polarização política nas eleições de 2014: radicalização ideológica da direita no mundo contemporâneo do Facebook. Aurora, São Paulo, v.7, n.21, p. 99-129, 2014.

CAMARGO, B. ALCESTE: Um programa informático de análise quantitativa de dados textuais. Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais. Editora Universitária: João Pessoa, 2005. pp. 511-539

CAMARGO, B.; JUSTO, A. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. Temas em Psicologia, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013.

CERVI, E. U. Como os webleitores do Estadão comentaram a eleição de Dilma Rousseff em 2010. Explanans, 2013.

FEENSTRA, R. A. Democracia en la era de la nueva galaxia mediática. Veritas, v. 57, n. 1, p. 112-127, 2012.

GROSSI, G. La Opinión Pública. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2007.

GROSSI, G. Sfera pubblica e flussi di comunicazione nell'epoca della rete. In: MOSCA, L. & VACCARI, C. (Ed.), Nuovi media, nuova politica? Partecipazione e mobilitazione online. Milano: Franco Angeli, 2011.

HABERMAS, J. Direito e democracia: entre facticidade e validade. Volume II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HOOGE, Marc; DEJAEGHERE, Yves. Does the 'monitorial citizen' exist? An empirical investigation into the occurrence of postmodern forms of citizenship in the Nordic countries. Scandinavian Political Studies, v. 30, n. 2, p. 249-271, 2007.

KEANE, J. Vida e Morte da Democracia. Coimbra: Edições 70, 2010.

KEANE, John. Structural transformations of the public sphere. *Communication Review (The)*, v. 1, n. 1, p. 1-22, 1995.

LUHMANN, Niklas. A Opinião Pública. ESTEVES, João P. (Org.). *Comunicação e Sociedade: os efeitos sociais dos meios de comunicação de massa*. 2ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 2009. pp. 163-191 [Texto originalmente publicado em 1970].

MAIA, R. REZENDE, T. Democracia e a ecologia complexa das redes sociais online: um estudo sobre discussões acerca do racismo e da homofobia. *Intexto*, n.34, 2015. pp. 492-512

MITOZO, I., MASSUCHIN, M., CARVALHO, F. C. Características do debate político-eleitoral no Facebook: os comentários do público em posts jornalísticos nas eleições presidenciais de 2014. VI Congresso da Compólitica, Rio de Janeiro, 2015.

MASSUCHIN, M.; CARVALHO, F.C., MITOZO, I. Eleições, radicalização e redes sociais: Os comentários no Facebook durante a disputa presidencial em 2014. *Anais do 40º Encontro da ANPOCS*, Caxambu, 2016.

NOELLE-NEUMANN, E. *La Espiral del Silencio. Opinión Pública nuestra piel social*. Barcelona: Paidós, 1995.

RAWLS, J. Reply to Habermas. *The Journal of Philosophy*, v.92, n.3, mar/1995, pp.132-180.

REINERT, M. Un logiciel d'analyse lexicale: ALCESTE. *Les cahiers de l'Analyse des onnées*, v. 4, p. 471-484, 1986.

RIEDER, B. Studying Facebook via data extraction: the Netvizz application. In: *Proceedings of the 5th annual ACM web science conference*. ACM, 2013. p. 346-355.

SCHÄFER, M. Digital Public Sphere. In: MAZZOLENI, G. (Ed.); *The International Encyclopedia of Political Communication*. John Wiley & Sons, 2015.

SCHUDSON, M. Political observatories, databases & news in the emerging ecology of public information. *Daedalus*, 139, p.100-109, 2010.

SCHUDSON, M. *Why Democracies Need an Unlovable Press*. Malden: Polity Press, 2008.

SCHUDSON, Michael. Good citizens and bad history: Today's political ideals in historical perspective. *The Communication Review*, v. 4, n. 1, p. 1-19, 2000.

SCHUDSON, Michael. *The good citizen: A history of American civic life*. Free Press, 1998.

SCROLL, C. The place of 'conversation' in the omnilogue of Democracy: A reply to Schudson. *Journal Critical Studies in Mass Communication*, v. 16, 1999.

VAN DEN HOVEN, Jeroen. E-democracy, E-Contestation and the Monitorial Citizen. *Ethics and Information Technology*, v. 7, n. 2, p. 51-59, 2005.

ZALLER, John. A new standard of news quality: Burglar alarms for the monitorial citizen. *Political Communication*, v. 20, n. 2, p. 109-130, 2003.